

MADEIRA LUIZ *

ABRIL DE CADA UM...

Pedem-me que escreva sobre uma experiência prática em que tenha estado envolvido nos anos imediatamente subsequentes ao 25 de Abril, e a primeira inquietação que me assalta é não encontrar nenhuma que seja qualitativamente diferente das que tive antes ou depois desses anos. Inquietação compreensível. Será que o 25 de Abril não teve nenhum significado especial para mim?

Por mais que dê voltas à questão para poder organizar um texto, não consigo encontrar uma resposta satisfatória. Arrisquemos, então, reflectir escrevendo!

O 25 de Abril encontrou-me profundamente inserido, em Lisboa, em dois contextos principais: o meio social da minha residência (Algés) e o meio profissional da livraria/galeria/discoteca «Opinião».

Algés foi para mim, desde os finais dos anos 50, o lugar fundamental do meu empenhamento sociocultural: uma cooperativa de consumo, a secção cultural do Sport Algés e Dafundo, a livraria/galeria Espaço, o 1.º Acto — Club de Teatro... Trabalho que, realizado muitas vezes com grandes dificuldades e não menores percalços (as proibições, as calúnias, a infiltração dos «pides», as prisões de companheiros), assentava na sólida base de um largo grupo de convívio que conseguiu sobreviver à sangria que a guerra colonial provocou na juventude dos anos 60. E não foi no 25 de Abril a primeira vez que tal grupo passou, com toda a naturalidade, das tarefas de acção cultural para as de cariz mais propriamente político.

Na verdade, fazer publicidade das actividades culturais ou distribuir propaganda política; enfrentar uma plateia ou colaborar numa sessão de esclarecimento, não são, ao fim e ao cabo, tarefas de natureza tão diferente que, em 1974, como em 1969, dessemos pela transição de umas para outras.

* Técnico Superior do Ministério da Cultura.

Também na Opinião, criada nos princípios dos anos 70 por um largo leque de intelectuais antifascistas, o convívio, que definia a especificidade do seu projecto, não se sentia, depois de 25 de Abril, que fosse qualitativamente diverso do que existia antes.

Mas seria realmente assim? Não era a euforia na acção, duma qualidade nova? Não tinha a velha sensação de coerência, do dever de intervir, da capacidade de ultrapassar o medo, sido substituída pela alegria de tudo estar ao nosso alcance, de cada um dos nossos actos se integrar na História?

Tantas vezes deparamos com a incapacidade de a Esquerda portuguesa passar dos valores da resistência para os da construção, que valerá a pena reflectir e dar testemunho das subtis *nuances* que em cada um de nós teve a passagem de uma à outra.

A primeira que na minha própria experiência consigo detectar, com a distanciação que o tempo permite, é a da deslocação no próprio campo de intervenção — mais do domínio do artístico antes, mais do domínio do social depois. Também o objectivo fundamental da acção se percebe hoje ter mudado: se antes tínhamos em vista aguçar as consciências, agora aspirávamos mais a mudar o quotidiano.

E, ao escrever isto, tornam-se-me evidentes duas coisas:

— primeiro, que elas só são verdade para o trabalho desenvolvido em Algés. Na Opinião, o que fundamentalmente muda, para lá dos produtos vendidos ou até principalmente do modo como os vendíamos (por baixo do balcão ou com lugar de honra nos escaparates), o que profundamente muda durante os primeiros anos é o público;

— segundo, que não são estes aspectos diferentes, mas os comuns aos dois momentos, que dão a verdadeira tonalidade de ambas as linhas de acção. Acção centrada, em Algés, sobre o apoio organizativo, fosse mais de actividades artísticas antes ou mais de actividades sociais depois, militantemente não directiva, quer se tratasse da montagem de «Nós não estamos algures» animada pelo José Ernesto de Sousa ou da criação das múltiplas associações de moradores dinamizada por outros mais anónimos e, sobretudo, constantemente aquecida pelo calor que a toda a actividade humana dá a inserção num grupo. Acção centrada, na Opinião, sobre uma actividade de informação cultural que a mudança de público, agora fundamentalmente estrangeiro, obrigou a tornar mais geral e sintética e por isso mesmo, provavelmente, com mais reflexo sobre a minha própria consciência e a dos meus colegas que a desenvolvida em Algés.

Aliás, o carácter formativo dessa experiência foi para nós bem notório em 1976: se cada um dos principais animadores da casa tinha, à partida, uma implicação política relativamente diferente (um, membro do Partido Comunista Português, outro, com intermitentes intervenções no MDP/CDE e o terceiro, mais ligado aos grupos maoístas) nas primeiras eleições presidenciais estávamos todos do mesmo lado!

É verdade que o próprio local nos conferia um privilégio na informação! No centro do bairro protagonista de muitos dos acontecimentos do 25 de Abril, lado a lado com o edifício d'«A República», a «Opinião» constituía, com aquele jornal e a Cervejaria Trindade, uma espécie de «circuito turístico» obrigatório para todos aqueles que, nos primeiros anos, vieram de muitas partes do Mundo ver a Esperança de perto. Tínhamos mesmo uma anedota interna: «agora que Portugal se tornou o centro das atenções da Europa (que, como toda a gente sabe, é o centro do Mundo) e, como dizia o Eça, Portugal é Lisboa; e o Carmo e a Trindade se tornaram o centro de Lisboa; e, aí, a «Opinião» é o centro...» Havia até quem, em certos momentos, levasse mais longe esta forma de encontrar o centro do Mundo!

Simples «folclore» tudo isto? Ou um processo suficientemente rico para nele caber também o canhestro, o humorístico e mesmo o erro?

Toda esta reflexão, à medida que escrevo, me vai parecendo demasiado frágil e sem grande sentido fora do estreito limite de uma experiência avaliada numa óptica individual. Seria necessário apoiá-la numa descrição mais factual de cada uma das acções referidas. Interpretá-las à luz das condições mais significativas para cada uma: as duma determinada comunidade da periferia de Lisboa, por um lado, e as da renovação do funcionamento do comércio do livro, do disco e das obras plásticas nas grandes cidades portuguesas na década de 60, por outro.

Fique ao menos destas poucas e atabalhoadas linhas o mérito principal que, em meu entender, foi também o do colóquio «Portugal 1974-1984/Dez anos de transformação social»: a consciência de que está quase tudo por fazer em matéria de registo e reflexão da nossa História mais recente. E talvez também a de que nem só de condições objectivas dependem os processos de mudança! Se de tantas coisas fomos capazes no 25 de Abril é porque já tínhamos começado antes. E da qualidade do que já fazíamos dependeu largamente a do que então fizemos. Talvez consigamos deduzir daqui uma forma de avaliar o que fazemos hoje.